

Economia e Política na China na Década de 2010: desafios, reformas e impactos na ordem internacional

Alexandre Queiroz Guimarães

Professor do mestrado em administração pública - Escola de Governo – Fundação João
Pinheiro

Professor – Departamento de Economia - PUC – MG

Resumo:

A China construiu um modelo econômico marcado por uma combinação única entre o Estado e a economia. Apesar de despertar interpretações díspares, esse modelo vem produzindo resultados significativos. As taxas de crescimento econômico têm sido altas, permitindo avanços em vários indicadores sociais. Por sua vez, empresas chinesas vêm avançando e ocupando espaço na economia mundial, ao mesmo tempo em que a China fortalece os laços em várias partes do globo. O objetivo do artigo é investigar as direções das mudanças em curso. No campo interno, explora especificidades do modelo e as mudanças propostas a partir de uma revisão crítica feita pelo Partido Comunista em 2007. No campo internacional, explora direções que se seguiram à crise econômica internacional. Desde então, a ascensão chinesa vem sendo rápida, levantando apreensões sobre o grau em que tende a modificar a ordem internacional.

Economia e Política na China na Década de 2010: desafios, reformas e impactos na ordem internacional

A ascensão econômica chinesa desperta interpretações díspares. Enquanto alguns autores enfatizam os resultados alcançados por um modelo peculiar, marcado por forte intervenção estatal (Cunha e Acioly, 2009; Nolan, 2005), outros destacam as dificuldades intrínsecas, que tenderiam a conduzir a um sério impasse¹ (Pei, 2006). Apesar dessa polêmica não estar esgotada, havendo no modelo fragilidades e incertezas, vem sendo notável a velocidade do avanço. Internamente, as lideranças mostram-se cientes dos desafios e anunciam políticas voltadas às correções necessárias. Externamente, as empresas chinesas vêm se internacionalizando e ocupando espaço, enquanto a China fortalece seus laços em vários continentes.

O objetivo do artigo é investigar as direções das mudanças em curso. No campo interno, explora especificidades do modelo e as mudanças propostas a partir de uma revisão crítica feita pelo Partido Comunista. No campo internacional, explora direções que se seguiram à crise econômica internacional. Desde então, a ascensão chinesa vem sendo rápida, levantando apreensões sobre o grau em que tende a modificar a ordem internacional.

Há duas questões que funcionam como eixo condutor do artigo. A primeira diz respeito às particularidades do modelo econômico e político. O modelo chinês é diferente, sendo que por trás das transformações em curso persistem traços que remontam a uma civilização de muitos séculos, fundamentais para entender a China contemporânea e os impactos que a sua ascensão pode significar (Jacques, 2012).

A segunda, relacionada à primeira, diz respeito aos resultados e ao futuro do modelo econômico. A economia de mercado foi introduzida na China com o objetivo de fortalecer o país internacionalmente. Buscou-se inspiração no modelo japonês e, desde a transição, a forte intervenção estatal vem sendo componente essencial da estratégia. Nessa direção, o modelo chinês precisa ser analisado a partir da relação muito particular existente entre o Estado e o mercado. Há dois lados nessa relação, sendo as divergências de interpretação explicadas por envolver um dos temas mais antigos e polêmicos da Economia Política. O modelo chinês, em muitos aspectos, é único, colocando novas perspectivas para o estudo do desenvolvimento e tornando sua análise muito frutífera.

¹ Autor (2013) explora esse contraponto, apresentando a ascensão da China como a combinação de vetores distintos, cujos resultados dependem de um processo ainda em construção.

Na próxima seção são apresentados aspectos culturais e institucionais essenciais para entender o modelo político e econômico. A seção três trabalha o modelo econômico, focando nos principais desafios e na forma como o governo vem procurando equacioná-los. A seção explora a tensão entre as potencialidades e os desafios intrínsecos a uma combinação particular entre o Estado e o mercado, perguntando se a intervenção estatal terá sucesso na correção do curso e na prevenção de possíveis dificuldades. A seção 4 explora o fortalecimento da China na esfera internacional, enfatizando aspectos da estratégia e levantando a questão acerca dos impactos dessa ascensão sobre a ordem econômica internacional. Enfim, a última seção traça as considerações finais, destacando as mudanças em curso, perguntando sobre as possíveis reações da China e dos Estados Unidos e indicando questões de pesquisa.

O Confucionismo, o Estado e o modelo chinês

A emergência, muito cedo, de uma identidade chinesa é um elemento chave para entender a China contemporânea. Trata-se de uma cultura e de uma identidade milenares, importantes para explicar a capacidade de preservar a unidade e o tamanho do país após tantas adversidades. Apesar das mudanças em curso, são significativas as diferenças em relação ao ocidente. Trata-se de uma cultura menos individualista, que encontra como pilar de sua identidade um sistema de pensamento social, político e moral, o confucionismo. Particularmente significativas são as especificidades em termos de cultura política e do papel do Estado (Jacques, 2012).

Na China, o Estado adquiriu traços de um Estado moderno muito antes da Europa, incluindo a constituição de uma burocracia selecionada por mérito e treinada segundo os princípios de uma boa governança. No século X, as elites econômicas e políticas locais haviam sido controladas, de forma que a autoridade já estava concentrada no Estado. Ao contrário da Europa, o Estado governava sem pressões de oligarquias ou de grupos religiosos. Estabelecia-se uma relação de poder hierárquica, não tendo se constituído instituições representativas e não se desenvolvendo a noção de direitos políticos. Apesar disso, o exercício do governo não implicava em ato de arbitrariedade. Segundo o confucionismo, os governantes deveriam agir de acordo com preceitos derivados de uma lei moral superior, que apontavam as regras da boa administração.² O confucionismo pregava uma ordem ética em que todos deveriam aprender seu lugar e suas responsabilidades.

² Os clássicos do confucionismo eram a base dos exames para a burocracia.

O confucionismo contribuiu para moldar os traços centrais da relação Estado-sociedade. A autoridade do Estado é suprema e não cabe aos indivíduos questioná-la: assim como os filhos devem obediência ao pai, os cidadãos a devem ao governante. O Estado é o guardião da civilização e não há limites para o seu papel. O governante, no entanto, deve exercer o poder a partir dos bons preceitos; a falha em fazê-lo abre a possibilidade de que o seu mandato seja retirado.³

Um evento central para a moldagem da identidade chinesa foi a humilhação sofrida frente às nações ocidentais em meados do século XIX. Algo similar se deu em relação à derrota frente ao Japão algumas décadas depois. Nesse sentido, a história turbulenta contribuiu para o fortalecimento do nacionalismo e para a valorização das noções de estabilidade e unidade. Jacques (2012) destaca que a instalação do regime comunista preservou certa continuidade em relação a práticas e valores políticos. Apesar das dificuldades, os chineses nunca assumiram posição de inferioridade. Mao negociou com as potências ocidentais a partir de uma posição de força e de igualdade. Nos anos 70, houve um amadurecimento na estratégia de política externa, percebendo-se que mudanças econômicas eram essenciais para fortalecer a posição internacional (Kissinger, 2011).

A partir das reformas, a China desenvolveu um modelo econômico particular. Destaca-se o sucesso da transição para a economia de mercado, um processo de modernização conservadora em que mudanças foram introduzidas no intuito de conservar o poder (Nolan, 2005). Nesse processo, a preservação da capacidade de intervenção estatal mostrou-se fundamental para amortecer os custos sociais e gerar os requisitos para o funcionamento de uma economia de mercado.

A inspiração foi o bem sucedido modelo japonês. As autoridades chinesas priorizaram a formação de grandes conglomerados empresariais com capacidade de competição no cenário internacional. Nesse intuito, adotou medidas que incluíram proteção ao mercado interno, acesso subsidiado a financiamento, venda de empresas em condições subsidiadas, imposições às empresas estrangeiras, incentivos ao investimento em inovação e agressivas medidas de política externa (Cunha e Acyoli, 2009).

Caracterizou-se um modelo com enorme proximidade entre o Estado e as empresas, em que o Estado não mede esforços para alcançar os objetivos econômicos. Por outro lado, a intervenção excessiva pode trazer armadilhas, que incluem a intervenção indevida do Partido

³ Segundo Turner (2010), essa possibilidade é remota e não exercida na prática. Mas a ideia da boa governança como base do poder está presente nas direções da burocracia.

no funcionamento das empresas,⁴ a alocação de crédito segundo critérios políticos, a duplicação de investimentos e as práticas de protecionismo local. A introdução das forças de mercado não foi acompanhada pela geração de direitos de propriedade similares às economias ocidentais: o executivo é muito forte e o judiciário não é independente. O executivo forte, por sua vez, não é sinônimo de capacidade para implementar certas direções; conflitos interburocráticos e entre esferas do governo podem frustrar as iniciativas (Sun, 2007).

No entanto, o desrespeito aos contratos não vem sendo a regra, enquanto outros fatores contribuem para tornar os custos de se fazer negócios na China relativamente baixos. Apesar dos riscos, os resultados têm sido favoráveis: a economia vem crescendo, há avanços em termos científicos e tecnológicos, as empresas vêm se fortalecendo e a China vem utilizando a sólida posição financeira para ampliar a influência internacional.

Outra particularidade é a combinação entre a introdução de uma economia de mercado e a preservação de um regime de partido único. Há críticos que destacam as contradições entre uma economia centrada em decisões individuais e o controle excessivo exercido pelo Partido Comunista. Acreditam que o controle tende a impedir a adoção de reformas necessárias para o melhor funcionamento da economia (Pei, 2006). Essas críticas se explicam, em parte, pelas tentativas de analisar a China à luz dos modelos ocidentais. Como argumenta Nolan (2005), a preservação do controle do Estado, recusando a criação às pressas de uma democracia débil, como feito na Rússia, produziu uma transição com resultados bem superiores. A partir da visão de que reformas são necessárias para controlar o poder, as lideranças demonstraram e vêm demonstrando disposição para tornar o modelo econômico mais sólido.

Portanto, não há razão para acreditar que a China esteja fadada a se transformar em uma democracia ou a sofrer um impasse que force mudanças radicais. Há de fato grande transformação em curso, que inclui o fortalecimento de uma classe média que tende a demandar maiores direitos. Mas há, como contraponto, uma cultura política diferente da ocidental. Nesse processo, o regime chinês vem se mostrando muito mais sólido do que outros regimes autoritários que entraram em dificuldades. Em março de 2010, 87% dos chineses indicaram satisfação com o governo e com o rumo do país; 2/3 consideravam que a vida havia melhorado (Jacques, 2012). Apesar das dificuldades, que incluem corrupção, abuso de poder, desigualdade e exploração do trabalho, o crescimento e a melhoria material vêm sendo fundamentais para legitimar o regime.

⁴ Essa intervenção, no entanto, tende a poupar as empresas escolhidas como campeões nacionais (Naughton, 2007).

Práticas vêm sendo adotadas para ampliar a democracia a nível local. Em certas localidades, 70% dos cargos para comitês tendem a ser preenchidos por meio de eleições. O objetivo é fortalecer a governança, não devendo ser interpretadas como um passo em direção a um regime democrático nos moldes ocidentais. Como argumenta Jacques (2012), o futuro tende a ser o de um regime de partido único centrado no respeito à Lei, à semelhança de Cingapura e Hong Kong. Em tal regime, centrado em um judiciário independente e em uma burocracia meritocrática, a insegurança jurídica cairia, com efeitos positivos para a economia.

O modelo econômico e seus desafios

O modelo econômico chinês vem produzindo resultados significativos. As taxas de crescimento têm sido muito altas, entre 9% e 10%, na média dos últimos 34 anos. O processo de transformação permitiu que centenas de milhões de pessoas deixassem a pobreza, acarretando melhoria na renda, na dieta e em vários indicadores sociais. O êxito se traduziu também na capacidade de manufaturar e exportar. A China transformou-se na manufatura do mundo, responsável por grande parte da produção mundial de diversos produtos. As exportações passaram de US\$ 27 bilhões em 1984 para US\$ 1,9 trilhões em 2011, incluindo grande parte de bens mais elaborados tecnologicamente. Em 2011, a China acumulou US\$ 3,1 trilhões em reservas, recursos que vêm sendo utilizados para fortalecer a sua posição internacional.

O avanço econômico vem se traduzindo na internacionalização das empresas e na capacidade de enfrentar a competição internacional. O número de empresas chinesas entre as 500 maiores da revista Fortune passou de 11 em 2001 para 37 em 2009, 46 em 2010 e 73 em 2012. Nos últimos anos, as empresas chinesas vêm intensificando a estratégia de aquisição de empresas e centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no exterior, com o intuito de avançar em engenharia e aproximar dos competidores.⁵

As empresas chinesas têm forte inserção internacional em setores como eletrônica de consumo, telecomunicações e informática. Nos últimos anos, avançaram em maquinaria de construção, máquinas ferramentas, engenharia elétrica, aviação e automobilística. Na automobilística, o emprego de um método modular de produção vem resultando em custos muito mais baixos do que os competidores. A qualidade ainda é inferior, mas o método mostra-se adequado para ingressar em países de renda mais baixa. Além disso, a rapidez do

⁵ Em 2010, os investimentos de firmas chinesas no exterior somaram US\$70 bilhões.

avanço indica que em pouco tempo os chineses serão capazes de disputar mercados com as empresas ocidentais e japonesas (Jacques, 2012).

Em síntese, o avanço foi considerável, multiplicando os recursos para enfrentar os desafios e calibrar a estratégia. Não obstante, a transformação foi acompanhada por desequilíbrios, bem sintetizados pela revisão feita pelo XVII Congresso do Partido Comunista, em 2007 (Yao e Morgan, 2008). Foi destacada, inicialmente, a alta concentração das exportações em produtos de montagem, com baixo valor agregado. Grande parte das exportações é feita por empresas estrangeiras, que detêm a marca e são responsáveis pelo desenho e pelo marketing, absorvendo grande parte do valor.⁶

Essa dificuldade relaciona-se à dependência tecnológica e ao atraso em termos de inovação. Entre as lacunas, típicas de países em desenvolvimento, encontram-se o baixo envolvimento das empresas privadas nas atividades de inovação, a distância entre universidades, institutos de pesquisa e empresas e o atraso na transformação de patentes em oportunidades produtivas. Além disso, as empresas formadas nas universidades apresentam baixo potencial comercial, enquanto o atraso nos direitos de propriedade enfraquece a decisão de investir (Naughton, 2007; Wu, 2007; World Bank, 2013).⁷ Como consequência, a economia continua a ser muito mais produtora do que inovadora.

Uma terceira dificuldade relaciona-se à alta dependência das exportações e do investimento, com relativa baixa participação do consumo e do setor serviços. Em 2005, a participação do consumo no Produto Interno Bruto (PIB) era de apenas 50%, enquanto o investimento respondia por 43% e as exportações líquidas por 5,5% (Yao e Morgan, 2008). A alta participação das exportações deixa a economia vulnerável a crises internacionais e a retaliações de outros países. Por sua vez, as taxas de investimento, muito altas mesmo em face das taxas de crescimento, indica a efetivação de investimentos de qualidade duvidosa, principalmente por parte dos governos locais. Esses tendem a contribuir para projetos mal sucedidos, para a redução da produtividade e para a geração de excesso de capacidade, podendo comprometer o ritmo de crescimento futuro.

Em contrapartida, a baixa participação do consumo e o incipiente desenvolvimento do setor serviços indicam o insuficiente aproveitamento do mercado interno. Estima-se que se a China tivesse um setor serviços comparável ao dos países desenvolvidos, seriam gerados entre 160 a 216 milhões de novos empregos, melhorando os indicadores sociais e estimulando

⁶ No caso do Iphone, por exemplo, o valor adicionado na China é apenas 3,5% do total.

⁷ Em pesquisa voltada a apontar prioridades para o avanço tecnológico, foram enfatizados o treinamento em recursos humanos, a necessidade de fundos de financiamento, incluindo *venture capital*, e os avanços nos direitos de propriedade.

o consumo (Zhu e Wan, 2012). Seria um avanço essencial para absorver os milhões de pessoas que entram anualmente no mercado de trabalho, além de gerar empregos para os milhões de imigrantes ilegais.

As características econômicas estão relacionadas a dificuldades na área social. O processo de transformação foi acompanhado pelo aumento da desigualdade, com o índice de Gini passando de 0,34 em 1990 para 0,45 em 2008 (Zhu e Wan, 2012). Há um grande número de novos milionários, muitos tendo se enriquecido por meio de relações privilegiadas com o Partido. Por outro lado, é grande o número de pobres com pouco acesso à educação, à saúde e à proteção social, impactando negativamente a legitimidade do regime.

Vários fatores explicam o aumento da desigualdade, muito maior do que o esperado em face das transformações na economia. A prioridade, em 1978, era o avanço da economia e a direção foi promovê-lo onde era mais provável, nas províncias mais ricas. Assim, o desenvolvimento se concentrou nas províncias litorâneas, que atraíram quase a totalidade dos investimentos estrangeiros e concentraram as exportações. Já as regiões do centro e do oeste sofreram com o atraso em termos de infraestrutura e com o isolamento em relação às regiões em transformação.⁸ Como consequência, as desigualdades se agravaram: a razão entre o PIB per capita da província mais rica e o da mais pobre passou de 7,3 para 13 vezes entre 1990 e 2003. A participação das províncias do leste no PIB ampliou-se de 51% em 1996 para 61,9% em 2007.

À desigualdade regional se soma a desigualdade urbano-rural. Após cair nos primeiros anos de reforma, resultado da permissão dada às famílias rurais para comercializarem a produção, a razão entre a renda média urbana e rural passou de 1,8 em 1985 para 3,2 em 2005, fruto dos incentivos dados à indústria e às exportações e da pouca atenção dada à agricultura e às províncias mais pobres. Como resultado, a contribuição da desigualdade rural-urbano para a desigualdade total passou de 19,5% em 1990 para 31,9% em 2008 (Zhu e Wan, 2012).

A desigualdade rural-urbano é muito afetada pela política de direitos de propriedade das terras e, principalmente, pelas restrições à migração entre o campo e a cidade. Com o intuito de desacelerar o ritmo de crescimento das cidades, o governo criou o sistema de *hukou* (registro). Entre 150 e 200 milhões de chineses migram sazonalmente do campo para a cidade em busca de empregos. Esses indivíduos não têm acesso ao *hukou* urbano e ficam excluídos

⁸ Os obstáculos naturais e a falta de rios navegáveis ainda fazem com que o transporte de cidades do interior da China até a costa seja mais caro do que o transporte de Xangai a Nova York.

dos serviços públicos oferecidos aos residentes. Vivem como cidadãos de segunda classe, sofrem discriminação e recebem salários muito inferiores.⁹

As desigualdades são também afetadas pelo grau de descentralização do sistema fiscal. Apesar de ter havido, em 1994, medidas na direção de maior centralização,¹⁰ há ainda enorme diferença na capacidade de gastos entre as províncias. A província mais rica tende a gastar 8 vezes mais por habitante do que a mais pobre, diferenças que a nível de distritos podem chegar a 48 vezes. A consequência é que as províncias e os distritos pobres tornam-se incapazes de financiar os gastos em educação e saúde. Incapazes de pagar, os indivíduos não têm acesso aos serviços ou os tem em qualidade baixa, o que explica as grandes diferenças nas taxas de frequência à escola e na qualidade da educação. Segundo Zhu e Wan (2012), diferenças de educação explicam 25% da diferença de renda rural-urbana.

Outra fonte do aumento da desigualdade foi a pouca atenção dada aos gastos em seguridade social. Antes, as pessoas tinham direito a um emprego e a serviços sociais, situação modificada pelas reformas. Milhões de pessoas foram demitidas, enquanto serviços como educação, habitação e saúde passaram a ser oferecidos por meio do mercado. A proteção social assumiu a forma de um sistema de seguros, pelos quais muitos não tinham como pagar.¹¹ No caso da saúde, estima-se que, na média de cada visita, o paciente arque com 60% dos gastos. Em um *survey* feito em 2003, 30% das famílias apontaram os gastos com saúde como responsáveis por colocá-las em situação de pobreza (Zhu e Wan, 2012).

Há na China um programa de subsistência básica voltado a socorrer famílias em condições de vulnerabilidade. No entanto, o programa era caracterizado por critérios de elegibilidade rígidos, baixa cobertura e benefícios reduzidos, além de estigmatizar os beneficiários (Yoo, Yang e Zhai, 2011).¹² Em síntese, o sistema de bem estar assumiu contornos de um estado mínimo. Assim como em outras experiências do modelo asiático, a ênfase foi concentrada no crescimento econômico, com pouca atenção conferida à proteção social. Entretanto, um fator distingue a China de casos como o do Japão e da Coreia do Sul, onde o acesso à educação de qualidade garantiu a democratização das oportunidades e a redução da desigualdade.

⁹ Se os imigrantes tivessem o status urbano, seus gastos aumentariam em 22%, fortalecendo o mercado interno (Zhu e Wan, 2012).

¹⁰ A parcela do governo central na arrecadação total foi ampliada de 22% em 1993 para 55,7% em 1994.

¹¹ Em 2003, apenas 40% dos trabalhadores urbanos era coberto por seguro-desemprego e apenas 45% participava de programas de aposentadoria, os números sendo piores na área rural (Leung, 2006).

¹² A linha abaixo da qual a pessoa poderia se candidatar ao benefício era equivalente a 14% do salário médio urbano em 2003.

Enfim, outra dificuldade identificada pelo XVII Congresso é o caráter intensivo em energia e em matérias primas. Estima-se que entre 2002 e 2005, o aumento de demanda por energia na China tenha sido equivalente à demanda anual de energia do Japão. As dificuldades são agravadas pela alta dependência do carvão, responsável por 70% das fontes de energia. Como consequência, a China abriga 16 das 20 cidades mais poluentes do mundo; os danos incluem perdas de minas subterrâneas e de terras aráveis no norte do país.

Detectadas as deficiências, o XVII Congresso listou um ambicioso pacote para enfrentá-las.¹³ Desde então, o governo vem fortalecendo as ações voltadas à educação, à saúde e ao combate à pobreza. Em 2008, o gasto com educação subiu 45% e em 2009 foi anunciada uma reforma no sistema de saúde visando prover seguro básico para 90% da população. Vem havendo também expansão dos gastos com o programa de subsistência básica. Esses gastos nas áreas urbanas passaram de 2,7 bilhões de iuanes em 2000 para 39,3 bilhões em 2009. Na área rural, os benefícios atingiram 207 bilhões de iuanes em 2008, alcançando 42,8 milhões de pessoas. Apesar do avanço, o grau de cobertura e o valor do benefício continuam baixos (Gao, Yoo, Yang e Zhai, 2011).

Também têm sido fortes as pressões para modificar as restrições à migração. Em fevereiro de 2010, 13 jornais lançaram um editorial conjunto destacando a necessidade de modificar o sistema de registro e estender os direitos sociais aos migrantes (Jacques, 2012: 198). Trata-se de uma medida com enorme impacto sobre as desigualdades, a ser combinada com auxílio à habitação e oferta de outros serviços para os migrantes (Zhu e Wan, 2012). O obstáculo é o custo financeiro resultante da expansão dos direitos para 150 milhões de pessoas.

Outra linha, voltada a reduzir as desigualdades regionais, vem sendo priorizada desde 1999, com o lançamento da Grande Estratégia de Desenvolvimento para o Oeste. Entre 2000 e 2007, as transferências governamentais para as regiões central e oeste foram expandidas em 1.500 bilhões de iuanes. Os investimentos em infraestrutura foram reforçados, de forma que apenas a região central recebeu 1.300 bilhões de iuanes em investimentos, grande parte direcionada a ferrovias e rodovias (Yu, 2010). O governo vem também estimulando a atração de investimentos estrangeiros para as regiões menos desenvolvidas. Esses incentivos se adequam às estratégias das empresas que, em face dos custos crescentes nas regiões litorâneas, têm transferido suas plantas para países e regiões com menores custos trabalhistas.

¹³ A posição foi reiterada pelo Congresso do Partido Comunista de 2011, que anunciou um ambicioso pacote voltado a promover tecnologia verde, reduzir a desigualdade social e fortalecer o mercado interno. (Anna Jaguaribe. “Expansão favorece vários produtos do país”. Valor Especial – rumos da economia, 2 de maio de 2012).

Como resultado, a parcela dos investimentos estrangeiros destinados à região oeste cresceu de 5,8% em 2001 para 8% em 2008 (Yu, 2010).

Apesar das desigualdades continuarem elevadas e da cobertura da proteção social reduzida, destaca-se a disposição de enfrentar deficiências que enfraquecem o modelo econômico e reduzem a legitimidade do regime. A disposição do governo não é garantia de sucesso, uma vez que há conflitos interburocráticos e interesses contrários. Entre os opositores, encontram-se as empresas estatais e os governos locais das províncias mais ricas. Nas fases anteriores, a preocupação com o crescimento resultou no atraso da seguridade social, um *trade off* que pode persistir. Outra dificuldade é o impacto financeiro implícito na extensão dos serviços e direitos. Como contraponto, destaca-se a solidez fiscal, a acumulação de reservas e a força do Estado chinês. E há, claro, o enorme desafio em termos de implementação das políticas. Acredita-se que o legado institucional de uma civilização milenar possa contribuir.

Também incisivas vêm sendo as medidas para avançar na capacidade tecnológica. São inúmeros os indicadores que mostram maior comprometimento com a política tecnológica (Porter et alli. 2007). Entre 2004 e 2010, os gastos de P&D em proporção do PIB passaram de 1,23% para 1,75% e o objetivo é atingir 2,5% em 2020. Em 2011, a China passou a ser o segundo país a mais gastar em P&D, atrás dos Estados Unidos (Jacques, 2012). O esforço inclui a concessão de generosos incentivos fiscais, a disponibilização de financiamento a taxas favoráveis e o investimento em infraestrutura e capital humano. Incubadoras e parques tecnológicos vêm sendo criados com o objetivo de aproximar as empresas das universidades. Muitas iniciativas são feitas pelos governos locais, que criam zonas de tecnologia próximas às universidades e oferecem estudos de viabilidade e facilidades em termos de registro e licenciamento (China, 2030; Wu, 2007).¹⁴

São fortes os indicadores de avanço na capacidade científica, de forma que a participação chinesa na produção mundial de artigos científicos teria crescido de 2% em 1995 para 11% em 2009 (Jacques, 2012). Outro ativo é o crescimento no número de graduados, que teria passado de 950 mil em 2000 pra 4,5 milhões em 2007. Além disso, grande número de chineses vem sendo formado em universidades estrangeiras de ponta, sendo grande o esforço para repatriá-los, dado o papel que desempenham quando voltam. Outro trunfo é a qualidade dos estudantes chineses oriundos das províncias mais ricas, que vêm obtendo os melhores resultados em testes internacionais em matemática, ciência e leitura (Jacques, 2012).

¹⁴ Em Xangai, há dezenas de centros de P&D em setores como biotecnologia, software e farmacêutica. Embora grande parte do esforço seja de adaptação, as firmas se engajam também em atividades mais ambiciosas.

Outra fonte de avanços é oriunda da absorção de tecnologia estrangeira, em que conta a capacidade de negociar com as firmas multinacionais. Destacam-se também os investimentos das empresas multinacionais em etapas mais elaboradas, no intuito de se beneficiarem da mão de obra qualificada, dos laboratórios e da infraestrutura, investimentos que seriam maiores na presença de bons direitos de propriedade (Naughton, 2007). Em síntese, em face da velocidade dos avanços, é ilusório pensar que a China ficará presa em setores menos intensivos em tecnologia.

E, finalmente, há a ofensiva na promoção de fontes limpas de energia. A China vem procurando se tornar líder em tecnologias de baixo carbono, incluindo energia solar, turbinas de vento e fontes de hidrogênio. Outras linhas são o investimento em carros movidos a baterias elétricas e a priorização dada ao transporte público, incluindo metrô e trens de alta velocidade. Apesar da prioridade concedida, a matriz de energia é muito poluente, o consumo de energia tem crescido significativamente e os desafios são consideráveis.

A ofensiva voltada à promoção dessas direções levanta dúvidas. A primeira diz respeito ao comprometimento das autoridades com as modificações. Pei (2006) argumenta que certas reformas não interessam ao Partido Comunista.¹⁵ Outra interpretação é aquela que vê a transição como um processo de modernização conservadora e que destaca a disposição em fazer as reformas necessárias para alcançar objetivos que incluem uma economia forte e uma população satisfeita. Por trás da disputa, encontram-se questões como a natureza do Estado chinês e a sua capacidade de conduzir o processo e evitar as armadilhas. Os desafios são significativos, mas há o precedente da transição bem sucedida para a economia de mercado. Por essas razões, as reformas em curso constituem rico laboratório para o estudo de tópicos como o papel dos *Developmental States* e as interações entre transformações econômicas e políticas. O sucesso nas reformas, como vem ocorrendo com outros aspectos do modelo, tende a ter grande impacto no debate sobre o desenvolvimento.

Avanços na estratégia e na inserção internacional

Também notável é o avanço chinês no campo diplomático/internacional. Parte importante da estratégia centra-se no aprofundamento dos laços econômicos. As últimas décadas foram marcadas pelo fortalecimento da integração econômica entre os países asiáticos. Enquanto entre 1991 e 2001 o comércio mundial cresceu 177%, o comércio intra-asiático cresceu 304%

¹⁵ Segundo Pei (2006), as principais reformas foram feitas na década de 1980 e não tiveram continuidade. Para o autor, o crescimento econômico amplia tanto o interesse do Partido em manter o poder como os recursos para cooptar opositores.

(Jacques, 2012). Nesse processo, a ascensão da China tem sido significativa, transformando-se em principal parceiro comercial de muitos países. Essa ascensão se dá conjuntamente ao fortalecimento do ativismo diplomático, que inclui a conclusão de vários acordos comerciais.

Desde Deng Xiaoping, a China vem praticando a política externa com cautela, evitando conflitos e não assumindo uma posição de busca por liderança. Até os anos 90, os chineses relutaram em participar de organizações econômicas regionais ou multilaterais, mas mudaram de atitude e aproximaram-se, inicialmente, da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático). Após a crise de 1997, os países asiáticos estavam ressentidos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e buscavam reduzir a dependência em relação aos países ocidentais. A China, que evitou desvalorizar a moeda durante a crise, passou a ser vista como aliada. Nos anos seguintes, a China desempenhou papel ativo nas iniciativas voltadas a criar um fundo regional para socorrer países em dificuldades (Cunha e Acioly, 2009).

A China vem ampliando a influência por meio de ajuda externa e de empréstimos internacionais. Entre 1993 e 2004, os aportes de ajuda externa teriam crescido de US\$ 260 milhões para US\$ 1,5 bilhões, tornando-se, em países como Filipinas, Indonésia, Laos, Camboja e Mianmar, muito superior à concedida pelos EUA. Na mesma linha, o Banco Chinês de Exportação e Importação e o Banco de Desenvolvimento fizeram, em 2009 e 2010, mais de US\$ 100 bilhões de empréstimos para países em desenvolvimento.

A ofensiva chinesa se estende a outros continentes. Na América Latina, a China vem se transformando em principal investidor e em um dos principais parceiros comerciais de vários países. Na África, houve grande crescimento do número de bens importados sem tarifas e a China tem adotado preços favoráveis para a importação de commodities. Entre 2000 e 2008, o comércio chinês com o continente cresceu de US\$ 10,6 para US\$ 106 bilhões. Além disso, os chineses vêm fortalecendo as práticas de cooperação econômica, o treinamento de profissionais e os investimentos. Enquanto entre 2005 e 2007 o Banco Mundial forneceu US\$ 17,4 bilhões em empréstimos e *grants* para a África, o Eximbank chinês concedeu US\$ 16 bilhões. A assistência chinesa vem também em forma de pacotes de infraestrutura, estradas, ferrovias e construções. Em síntese, a China vem preenchendo um espaço que foi por muito tempo relegado pelos países e instituições ocidentais, em uma estratégia que vem sendo muito positiva para os países africanos (Jacques, 2010).¹⁶

Também a relação com a Europa vem se modificando. Com o agravamento da crise econômica, os europeus vêm reduzindo a ênfase em questões ligadas aos direitos humanos,

¹⁶ A China relaciona com países com péssimo histórico em direitos humanos, como o Sudão. Argumenta não estar fazendo nada diferente do que foi feito pelos EUA no Zaire e em Uganda.

enquanto a China vem se mostrando mais confiante em pontos pelos quais era criticada. Ao mesmo tempo, vêm crescendo os investimentos chineses no leste europeu e o financiamento à infraestrutura. Em resposta à crise, a China tem comprado títulos da dívida soberana de países em dificuldades. A decisão, aparentemente paradoxal, de financiar países com renda per capita tão superior tem um claro objetivo de política externa. Apesar de não haver conflitos geopolíticos entre Europa e China, a ascensão chinesa tende a ter fortes implicações para o continente europeu. Além das oportunidades, há a ameaça que pode decorrer do avanço chinês em produtos mais elaborados, colocando em risco a produção europeia e intensificando as pressões sobre os altos salários e direitos típicos do modelo europeu (Kynge, 2007). Teme-se uma reação protecionista, com efeitos negativos sobre o comércio internacional.¹⁷

A relação mais importante é a desenvolvida com os Estados Unidos, ao mesmo tempo de interdependência e conflito. Os chineses são muito dependentes do mercado norte americano, enquanto o governo americano depende da disposição chinesa de comprar títulos da dívida e manter as reservas em dólares. O mercado chinês em expansão é também estratégico para os investimentos americanos.¹⁸ Uma fonte de conflito é a política cambial: os americanos criticam a relutância chinesa em deixar o renminbi se valorizar, enquanto os chineses criticam a emissão excessiva de dólares, que tende a desvalorizar as reservas chinesas. Em resposta à crise de 2008, os chineses atacaram os bancos americanos e passaram a defender uma nova moeda reserva internacional. Nessas questões, as lições do Japão estão recentes para que a China aceite algo similar ao Acordo de Plaza, que teve impactos desastrosos sobre a economia japonesa (Medeiros, 2004).

O principal foco de tensão entre os EUA e a China é a Ásia. A China vem apostando no fortalecimento dos laços econômicos, procurando tranquilizar os vizinhos e evitar conflitos com os Estados Unidos. Já os EUA procuram priorizar os gastos e as alianças militares, estacionando tropas e se tornando membro de instâncias regionais. Obama deixou claro que vai intensificar os gastos militares, forma de atrair os países receosos de movimentos expansionistas por parte da China (Hunt, 2010).

A ascensão chinesa vem sendo acompanhada por grandes mudanças no sistema internacional, intensificadas pela crise financeira de 2008, que enfraqueceu as economias

¹⁷ A Europa vem perdendo influência, que se traduz na menor importância em relação aos interesses norte americanos. Em 1993, 50% dos americanos acreditavam ser a Europa a região mais relevante para os seus interesses, importância que caiu para 37% em 2011, enquanto a da Ásia crescia para 47% (Jacques, 2012). As negociações recentes de um acordo de livre comércio entre os EUA e a União Europeia podem ser vistas como resposta a essa situação.

¹⁸ A interdependência leva a posições curiosas: na crise de 2008, os chineses pressionaram os americanos a socorrer a seguradora AIG, enquanto os americanos temiam que os chineses viessem a abandonar o dólar (Jacques, 2012).

americana e europeia.¹⁹ A crise teve também impacto simbólico, tendo representado forte golpe no modelo de desenvolvimento liberal e desacreditando os governos ocidentais por terem sido capturados pelos interesses financeiros. Em contrapartida, a China vem mostrando enorme saúde financeira, alcançada por um modelo que concede ao Estado um papel sem precedentes. Mudanças vêm também ocorrendo nas instâncias internacionais, com pressões por ampliação do papel dos países emergentes. O FMI vem perdendo influência, enquanto os empréstimos chineses rivalizam, em muitas regiões, com os empréstimos do Banco Mundial. O fato de a China ter se tornado grande credor fortalece a sua posição, o reverso do que ocorre com os EUA.

O mundo estaria, segundo Jacques (2012), presenciando um período que apresenta analogias com os anos de 1920 e 1930, quando os britânicos haviam perdido força e os EUA ainda não estavam prontos para a liderança. O momento atual, marcado pelo enfraquecimento americano, encontra uma China ainda pobre e com muitos desafios domésticos, embora em franca ascensão. Jacques (2012) acredita que o período pode ser marcado por inúmeras turbulências: crises financeiras, crise soberana dos países, ondas de protecionismo e recuo do comércio internacional. Mesmo a possibilidade de uma crise da dívida soberana americana não estaria excluída, o que teria impactos explosivos.

Entre as mudanças inevitáveis, estaria o menor papel para o dólar. O Banco Mundial havia previsto, antes da crise, que o dólar deixaria de ser preponderante em 2025, substituído por um sistema monetário baseado no próprio dólar, no euro e no renminbi. Alguns países já mantêm proporção de reservas na moeda chinesa e o comércio em renminbi teria, em 2010, atingido US\$ 340 bilhões. Os chineses movem-se com cautela, preocupados com a regulação do seu ainda vulnerável sistema financeiro. No entanto, o objetivo de tornar Shanghai um centro financeiro internacional e as vantagens de operar com a própria moeda tendem a levar as autoridades a promoverem a conversibilidade do renminbi (Jacques, 2012).

Considerações finais

A China gestou um modelo diferente de desenvolvimento, marcado por uma combinação única entre o Estado e o mercado, combinação que vem produzindo resultados favoráveis, incluindo altas taxas de crescimento e avanço das empresas no cenário internacional. Entre as dificuldades persistentes, encontram-se o atraso no campo tecnológico, a baixa participação do consumo no PIB e o aumento das desigualdades sociais. No campo tecnológico, há sinais

¹⁹ Nos Estados Unidos, o socorro dado aos bancos produziu déficits da ordem de 10% do PIB, enquanto a dívida pública alcançou US\$ 9 trilhões.

de avanços e evidências de que a China continuará a avançar. Também há razões para acreditar que avançará na área social, uma vez que tem recursos e vontade política para empreender as reformas necessárias. Constitui-se, no entanto, um grande teste para as lideranças; observar os obstáculos enfrentados e os eventuais avanços oferece um rico exercício para o pesquisador em ciências sociais.

Ao mesmo tempo, tudo indica a prevalência do regime de partido único e tampouco há razões para acreditar que o modelo irá se esgotar por suas próprias contradições. Apesar de problemas como corrupção e abuso de poder, o regime está calcado em uma cultura política diferente e conta com os efeitos positivos gerados pelo crescimento econômico. O cenário mais provável é o fortalecimento de um corpo de funcionários públicos dissociados do Partido e a constituição de um judiciário autônomo, produzindo um contexto institucional mais favorável à economia de mercado.

Outro aspecto diz respeito aos impactos da ascensão chinesa sobre a economia mundial, impactos que estão longe de terminar, uma vez que mais da metade da população chinesa ainda vive no campo. Acredita-se que os impasses são inevitáveis, fruto das tensões presentes no processo de incorporar um bilhão de pessoas à economia mundial.

Uma dimensão das transformações é o fortalecimento econômico asiático e a transformação do Pacífico no eixo dinâmico da economia mundial. A intensificação das relações comerciais tende a levar os países asiáticos a privilegiar a China como parceiro econômico. O cenário futuro é uma Ásia muito influenciada pela China, com uma possível zona comercial centrada no renminbi. Outra dimensão é o impacto da ascensão chinesa sobre a ordem econômica mundial. O avanço tecnológico tende a transformar a China em grande competidora dos países europeus em nichos mais elaborados. A capacidade de inserção nesses mercados, combinada com os menores custos trabalhistas, tende a representar ameaças para a indústria europeia e para os respectivos pactos sociais. Um cenário possível é a retomada do protecionismo e o recuo na direção da promoção de uma ordem econômica multilateral.²⁰

O impacto é também forte sobre os países em desenvolvimento. A ascensão chinesa vem abrindo novas possibilidades para a África, que vem se beneficiando em termos de empréstimos, investimentos e exportações. Também a América Latina beneficia-se da demanda por commodities e das possibilidades de cooperação. Destaca-se também o impacto

²⁰ Nesse sentido, o projeto de constituição de um acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e a Europa pode também ser interpretado como um instrumento para negociar com a Ásia e como uma possível fonte de barreiras comerciais contra a China.

no debate sobre o desenvolvimento, com o fortalecimento de estratégias marcadas por forte intervenção estatal, naquilo que vem sendo chamado de Consenso de Pequim.

Um ponto essencial é a postura da China em face dessas transformações. A política externa chinesa tem sido marcada por cautela, uma vez que foi pensada para um país pobre preocupado em se desenvolver. Com o fortalecimento econômico e diplomático, a tendência é uma mudança, podendo ecoar traços da posição de liderança exercida no passado. Segundo Li (2011), a tendência é a China tornar-se mais ativa e ampliar a participação nas decisões internacionais, mas sem o interesse de alterar substancialmente a ordem liderada pelos EUA, uma vez que a mesma vem favorecendo o seu desenvolvimento. Além disso, a China, ainda relativamente pobre, não está pronta para assumir maiores responsabilidades. Não obstante, a China vem demandando uma ordem internacional mais multilateral. Uma linha de ação vem sendo a aproximação com outros países emergentes.²¹

Em síntese, a China tende a adotar uma posição pragmática, muito centrada no fortalecimento das relações econômicas como forma de ampliar a sua influência. Tende também a reforçar a participação nas respectivas instâncias diplomáticas. A ONU deve ser privilegiada para a questão da segurança, com a relação com os EUA priorizada no intuito de viabilizar a ascensão pacífica. O G20 é a instância escolhida para as questões econômicas e financeiras, enquanto, no âmbito regional, deve-se privilegiar a Asean + 3, que inclui, além dos países do sudeste asiático, Coreia do Sul, Japão e China. Em termos gerais, a relação com os EUA será priorizada, naquilo que vem sendo chamado de G2 (Li, 2011).

O ritmo da ascensão chinesa estará relacionado à resposta dos Estados Unidos. A posição norte americana vem sendo, desde o início das reformas, favorável à ascensão chinesa. Alguns analistas acusam a posição americana de ser branda, contribuindo para o fortalecimento de um rival que pode ameaçar os seus interesses. Essa linha advoga uma posição mais dura em relação a assuntos como Taiwan, Tibet, a guerra cibernética e a disputa por recursos naturais. Segundo Hunt (2010), a posição americana teria sido influenciada pela crença de que as transformações econômicas acarretariam pressões por liberdade e democracia, enfraquecendo o regime chinês. Tiananmen teria reforçado a crença de que o regime cairia a qualquer momento. Hunt chama essa posição de fantasia política ocidental, reiterando que ao invés da economia forçar mudanças políticas, o mais provável é que o Estado continue a controlar o ritmo das mudanças econômicas.

²¹ A China argumenta que os países ricos demandam maiores responsabilidades dos emergentes, mas não abrem os canais de participação. Um exemplo de sucesso foi a maior participação obtida nas decisões do FMI.

O ponto a se destacar é que mudanças estão em curso e que a ascensão chinesa pode acarretar transformações substanciais. Segundo Jacques (2012), as pessoas tendem a se acostumar com o *status quo* e a tomar certos parâmetros como dados, esquecendo que mudanças profundas já ocorreram ao longo da história. Jacques argumenta que o domínio ocidental europeu/americano pode estar perto do fim, devendo entrar para a história como um longo período de supremacia e transformações, similar, em muitos aspectos, ao império romano e à civilização grega. Segundo Jacques (2012), “a China é o elefante no quarto que muitos fingem não perceber”. Uma enorme mudança na distribuição mundial do poder estaria em curso.

Na base das mudanças está o dinamismo da economia chinesa, sua enorme capacidade manufatureira e a determinação de recuperar um papel proeminente na esfera internacional. A esse quadro contrasta as dificuldades econômicas vividas por Europa e Estados Unidos. É verdade que esses países encontram-se fragilizados em decorrência da crise e, vencendo os desafios imediatos, podem fortalecer a posição. Não obstante, algumas dificuldades são estruturais. Na Europa, muitos países não conseguem preservar uma indústria forte e competitiva; nos Estados Unidos, a fragilidade se manifesta pelo duplo endividamento, que tende a ameaçar os altos padrões de consumo e o papel do dólar como moeda internacional.

A China é ainda um país com baixa renda per capita e enormes desafios internos. Por sua vez, os EUA têm enorme preponderância militar e possuem um capitalismo inovador e empreendedor, com alta capacidade de se reinventar.²² Tudo isso implica cautela em relação a certas previsões, mas tampouco autoriza desconsiderar as mudanças que apontam para uma influência crescente da China e para transformações na ordem internacional. Por trás das mudanças há um modelo que confronta a relação convencional entre Estado e economia e um sistema político que contesta a ideia de que os países tendem inexoravelmente para a democracia. O mérito de Jacques (2012) é apontar, de forma bem fundamentada, para um processo em curso que tende a contestar relações e valores considerados, por muito tempo, como dados. Dessa forma, levanta questões que tendem a dominar por muito tempo o debate sobre política externa e sobre economia política internacional (Obeta, 2010).

Enfim, o artigo aponta para relevantes linhas de pesquisa. Inicialmente, um esforço deve ser feito para acompanhar as políticas em curso e as tentativas de avanço no campo tecnológico e social. O artigo aponta também para as particularidades do Estado chinês e para

²² Há, por exemplo, indícios de que um processo de reindustrialização esteja em curso nos EUA, impulsionado pelo câmbio desvalorizado e pela energia barata proporcionada pelo gás de xisto. Há inclusive casos de empresas repatriando investimentos (“EUA têm processo de reindustrialização” – Valor Econômico, edição digital, 21/03 de 2013).

o seu papel como um *Developmental State*. É necessário, no entanto, saber mais sobre esse Estado, sobre o grau de preparação e profissionalização da burocracia, sobre as relações entre as esferas de poder e sobre as interações entre a burocracia e o partido. Também seria importante saber mais sobre como os chineses avaliam o seu governo e em que grau o consideram legítimo. Entender melhor esse Estado é essencial para estimar a capacidade de preservar o bom funcionamento do modelo econômico.

Enfim, é importante observar de perto as tensões que tendem a surgir da combinação entre uma economia de mercado e um Estado intervencionista. São duas lógicas distintas, uma ligada ao cálculo capitalista e a outra à intervenção estatal. Essa combinação se mostrou perversa em momentos dos processos de desenvolvimento japonês e coreano, fruto de mudanças internacionais que tornaram difícil a regulação estatal. A China está ciente dessas armadilhas, mas os desafios prevalecem, como ilustrado pelo risco de formação de bolhas no mercado imobiliário.

Bibliografia Citada:

- CUNHA, André e ACIOLY, Luciana. 2009. China: ascensão à condição de potência global – características e implicações. In: Cardoso Jr, José; Acioly, Luciana e Matijascic, Milko. *Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas*. Brasília: IPEA.
- GAO, Q, YOO, J, YANG, S e ZHAI, F. 2011. Welfare residualism: a comparative study of the Basic Livelihood Security systems in China and South Korea. *International Journal of Social Welfare*. nº20, 113–124
- HUNT, Michael. 2010. Responding to the China challenge. *American Diplomacy* – May, 10, 2010.
- JACQUES, Martin. 2012. *When China Rules the World - the end of the Western World and the birth of a new global order*. London, Penguin Books.
- KISSINGER, Henry. 2011. Sobre a China. Rio de Janeiro: Objetiva.
- KYNGE, James. 2007. *A China Sacode o Mundo*. A ascensão de uma nação com fome. São Paulo, Globo.
- LEUNG, Joe. 2006. The Emergence of Social Assistance in China. *International Journal of Social Welfare*, nº15, 188-198.
- LI, Mingjiang. 2011. Rising from Within: China's search for a Multilateral World and its implications for Sino-US relations. *Global Governance* 17 (2011), 331-351.
- Medeiros, Carlos. 2004. A Economia Política da Internacionalização sob Liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In: Fiori, José Luis. *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- NAUGHTON, Barry. 2007. *The Chinese Economy - transitions and growth*. Cambridge: MIT Press.

- NOLAN, Peter. 2005. *Transforming China: globalization, transition and development*. London: Anthem Press.
- OBETA, Miracle. 2010. Book Review. Martin Jacques, When China Rules the World: the end of the western world and the birth of a new global order. *Journal of Asian and African Studies*. 45(6) 695–706
- PEI, Mixin. 2006. *China's Trapped Transition: the Limits of Developmental Autocracy*. Cambridge/London: Harvard University Press.
- Porter, A, Newman, N, Xiao, Y, Johnson, D e Roessner, J. 2007. High Tech Indicators – technology-based competitiveness of 33 nations. *Report to the Science Indicators Unit, Division of Science Resources Statistics, National Science Foundation*. Atlanta: Georgia Institute of Technology.
- SUN, Pei. 2007. Is the State-Led Industrial Restructuring Effective in Transition China? evidence from the steel sector'. *Cambridge Journal of Economics*, n°31, 601-624.
- TURNER, Bryan. 2010. Article Review. Martin Jacques When China Rules the World: the end of the western world and the birth of a new global order. *Soc (2010)* 47:565–567
- YAO, S. & MORGAN, S. 2008. On the New Economic Policies Promoted by the 17th CCP Congress in China. *The World Economy*, Hoboken, v. 31, n. 9, p. 1129-1153, Sep.
- YU, Hong. 2010. The Rationale, Prospects, and Challenges of China's Western Economic Triangle in Light of Global Economic Crisis. *Asian Politics & Policy*—Volume 2, Number 3—Pages 437–461.
- WORLD BANK. 2013. *China 2030: building a modern, harmonious, and creative society*. Washington D.C. - The Worldbank.
- Wu, Weiping. State Policies, Enterprise Dynamism, and Innovation System in Shanghai, China. *Growth and Change*. Vol. 38 No. 4 (December 2007), pp. 544–566.
- ZHU, Cuiping e WAN, Guanghua. 2012. Rising Inequality in China and the Move to a Balanced Economy. *China & World Economy*, Vol. 20, n°1, 83-104.